

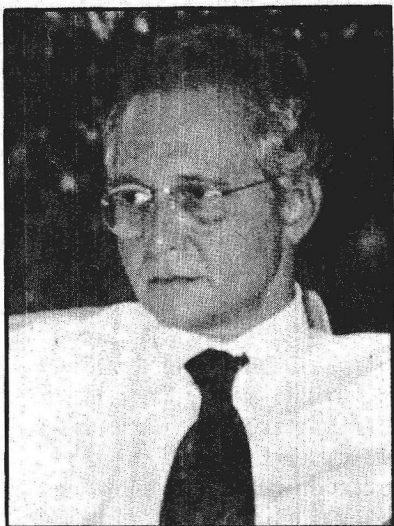
CPI quer saber quem é o “tio” da empresa

CLÁUDIA CARNEIRO

A CPI do Orçamento quer desvendar o mistério do personagem de “fantástico” poder de ação no Orçamento da União, que aparece nos documentos da construtora Norberto Odebrecht designado como o “tio”. Em depoimento à CPI, o diretor da empreiteira, Manoel Ailton Reis, não conseguiu explicar a identidade do “tio” ou “p”, embora inicialmente a tenha assumido. Depois de analisarem documentos internos da Odebrecht, no sentido de conseguir do “tio” a rápida liberação de recursos para obras em andamento, membros da CPI estavam convencidos de que a referência é feita a alguém do Executivo.

Em uma comunicação interna da empresa Odebrecht endereçada ao escritório de Brasília, o diretor em Recife, Murilo Martins, pede o empenho de Ailton Reis “junto ao tio” para complementar valores “prometidos” para obras do DNOCS e SENIR. Segundo a correspondência, duas das obras que seriam beneficiadas com a promessa do “tio” em 20 de agosto de 1992, cuja liberação de verba para empenho sairia no terceiro trimestre daquele ano, são a barragem de Oiticica e barragem de Canoas, obras a cargo do DNOCS. O documento diz que “é necessário publicar imediatamente portaria com os valores restantes liberando para empenho, a fim de que o DNOCS/SENIR possam efetuar os pagamentos”.

Nervoso — Ailton Reis ficou nervoso e chegou a derrubar um copo com água ao ser interpelado pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), sobre a identidade do “tio” ou “p”. Desconcertado, respondeu que se tratava dele próprio e que o “p” poderia ser interpretado como “pai”. Seria



Luiz Salomão, em busca do “tio”

uma maneira de se dirigirem a ele, dentro da empresa, para intervir na liberação de verbas para obras.

“Como tenho poder para parar uma obra, me chamam de pai ou tio”, respondeu Ailton Reis, referindo-se ao documento de setembro de 92, de que “não se recordava bem”. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, recorreu ao seu senso de humor: “O senhor prefere ficar como tio ou como pai?”, ironizou. Reis respondeu que a responsabilidade sobre as referências era inteiramente dele.

A explicação de Ailton Reis não convenceu os membros da CPI, uma vez que os documentos contradiziam o depoimento. Em uma correspondência dirigida a Ailton, Murilo Martins diz que o senhor Luiz Marques, do DNOCS, não recebeu instruções do “tio” para a liberação dos recursos. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) tentou arrancar alguma pista, indagando se a figura misteriosa tratava-se do ex-ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, do ex-presidente Collor, ou de Paulo César Farias. Ailton Reis negou todas as possibilidades.